

Coluna do Castelo

Documento Mobilização contra 'Desmonte'

Se o presidente José Sarney pode impor aos seus contrariados ministros submissão à *Operação Desmonte*, acumulam-se os indícios de que dificilmente a proposta orçamentária para 1989, tal como a preparou o Ministério do Planejamento, será aprovada pelo Congresso Nacional, sobretudo se votada sob a vigência da nova Constituição que restabelece o poder de emenda dos parlamentares em matéria financeira. Os governadores, que se declaram frustrados com o projeto do governo federal de cortar sua participação em serviços e obras para os quais careceria de recursos, transferidos pela Constituição para estados e municípios, reagem à proposta e mobilizam-se para negar-lhe aprovação. Eles acham que a *Operação Desmonte* anula as conquistas da Federação consagradas no projeto constituicional.



Na esfera do Executivo, o firme apoio do presidente ao Ministério do Planejamento torna inócuo o descontentamento de ministros de Estado com as drásticas reduções de dotações para financiar programas, muitos deles sumariamente suspensos. Isso não impede todavia que pelo menos no Distrito Federal, seu governador, embora em vésperas de deixar o posto, proteste contra os cortes no seu orçamento que reduzem a zero as dotações para a recuperação da rede hospitalar, principalmente o Hospital de Base, e para as obras de despoluição do Lago Paranoá. A segurança da capital da República estaria ameaçada pela supressão de recursos, até aqui todos de origem federal, determinada na proposta orçamentária.

"Esse rapaz está pensando que é Salazar", disse o governador José Aparecido, referindo-se ao ministro João Batista de Abreu e traduzindo o sentimento de inconformidade de parte da administração federal contra a *Operação Desmonte*. Ele está preparando carta que enviará ao ministro protestando contra os cortes e mandou que seu secretário de Segurança e os comandantes da Polícia Militar (cujos efetivos seriam aumentados em 1989 para 10 mil soldados) e Corpo de Bombeiros fossem ontem ao encontro do comandante militar do Planalto, general Pedro Braga, para expor os problemas que, em decorrência dos cortes, passará a ter a segurança na capital da República. O general Braga encontrou-se ontem mesmo com o ministro do Planejamento para tratar dos assuntos de sua área.

Diz o governador, baseado na avaliação feita pelo Sr. Gazal, o *controller* das finanças locais, que os recursos a serem obtidos com a transferência de impostos da União para os estados são insuficientes, pois ao todo a receita do Distrito Federal cairá em 30%. Embora não esteja lutando em causa própria, pois está deixando o cargo de governador, o Sr. José Aparecido mostra-se descontente com a agressiva redução dos recursos de que necessita o governo da cidade para manter os serviços básicos e melhorá-los substancialmente.

Ainda não tem previsão, o governador, de quando passará o governo de Brasília, pois, embora não tenha sido feito o acordo de lideranças, o senador Alexandre Costa continua a consultar políticos locais e a esperar que as Disposições Transitórias, a serem votadas em segundo turno dentro de 15 a 20 dias, lhe assegurem a preservação do mandato. Nega o governador que ele e seus secretários tenham deixado de ser interlocutores válidos para a negociação com as forças sociais reivindicantes. Diz ele estar com absoluto comando da situação e seus secretários não se afastam dos seus postos de trabalho.